

## **35º Encontro Anual da ANPOCS**

24 a 28 de outubro de 2011, Caxambu, MG

### **GT 38: Violência, criminalidade e punição no Brasil**

**“Criminalidade e violência nos lugares e espaços da cidade de Fortaleza”**

Rosemary de Oliveira Almeida (MAPPS/UECE)

Maria Glauciria Mota Brasil (MAPPS/UECE)

Geovani Jacó de Freitas (MAPPS/UECE)

## 1 Introdução

O trabalho é resultado das atividades da Pesquisa Cartografia da Criminalidade e da Violência na cidade de Fortaleza<sup>1</sup>, que teve como objetivo formatar um documento mediante a construção de um banco de dados contendo informações estatísticas e mapas os mais abrangentes possíveis, que possibilitasse cartografar as ocorrências criminais e violentas nos espaços da cidade, visando à produção de perfil preciso deste fenômeno no Município. Tratou-se de construir uma base comparativa de dados, compreendendo uma série histórica de 2007, 2008 e 2009 e, por meio da criação de um mapa cartográfico, subsidiar ações dos governos municipal, estadual e federal, bem como da sociedade civil local, voltadas ao enfrentamento da violência e da criminalidade no município de Fortaleza. Ainda, orientar as avaliações das políticas de prevenção e de segurança urbana.

A Associação Internacional de Cartografia (ACI) define a cartografia como um “conjunto dos estudos e operações científicas, técnicas e artísticas que intervêm na elaboração dos mapas a partir dos resultados das observações diretas ou da exploração da documentação, bem como da sua utilização.” (IBGE, 2009, p.10)<sup>2</sup>.

E mapeamento é

[...] a aplicação do processo cartográfico, sobre uma coleção de dados ou informações, com vistas à obtenção de uma representação gráfica da realidade perceptível, comunicada à partir da associação de símbolos e outros recursos gráficos que caracterizam a linguagem cartográfica. (IBGE, 2009, p. 88).

Considerando que a pesquisa vai além da cartografia de ocorrências criminais, mas também busca a compreensão das tensões sociais, lutas simbólicas no campo da violência e da segurança urbana, a estratégia metodológica foi realizar amplo processo de pesquisa utilizando diversas fontes de informações e consultas. Em um primeiro momento, foram realizadas

---

<sup>1</sup>Realizada por pesquisadores da UECE (Professores Glauciria Mota Brasil, Rosemary de Oliveira Almeida, Geovani Jacó de Freitas e UFC (prof. César Barreira) com recursos da Guarda Municipal e Defesa Civil de Fortaleza e da Secretaria Nacional de Segurança Pública-SENASP do Ministério da Justiça-MJ, 2009-2010.

<sup>2</sup> Para maiores informações sobre o processo cartográfico ver IBGE, 2009.

pesquisas exploratórias documentais em fontes institucionais oficiais e hemerotecas como estratégia de conhecimento e reconhecimento do campo de dados disponíveis. Pesquisas em arquivos de Jornais de grande circulação; Conselho Tutelares; Secretaria Municipal de Saúde Fortaleza (Serviço de Informação de Mortalidade-SIM e Centro de Atenção Psicossocial-Anti-Drogas - CAPS- AD). Pesquisas foram realizadas também na Rede Pública de Saúde, por meio do Sistema de Verificação de Óbito (SVO) da Secretária de Saúde do Estado, na Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social, mais especificamente nos dados disponibilizados pelo Sistema de Informações Policiais/SIP/SSPDS, na Guarda Municipal e Defesa Civil de Fortaleza, na Coordenadoria de Medicina Legal da Perícia Forense do Estado do Ceará. Em um segundo momento da pesquisa, a estratégia metodológica concentrou-se na priorização em duas fontes principais: registros de homicídios disponibilizados pelo banco de dados da Coordenadoria de Medicina Legal de Fortaleza e registros das ocorrências policiais do Sistema de Informações Policiais/SIP/SSPDS. Os dados das demais fontes institucionais pesquisadas tornaram-se suplementares aos dados das duas fontes principais.

Os mapas que subsidiam as análises da pesquisa, em relação aos termos técnicos, foram construídos sob dois prismas. Primeiro, produzimos os mapas a partir da malha digital disponibilizada pelo IBGE, obtida pela internet através da página deste instituto ([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)). Conforme as referências metodológicas: “A Malha Municipal Digital do Brasil é um produto cartográfico do IBGE, elaborado pela Coordenação de Cartografia, a partir do Arquivo Gráfico Municipal – AGM – composto pelas folhas topográficas na melhor escala disponível nas diversas regiões do país” (IBGE, 2009, p. 1)<sup>3</sup>. Depois, houve a produção dos mapas ou a localização georeferenciada das ocorrências criminais nas ruas e bairros das seis Regionais<sup>4</sup> que compõem administrativamente a cidade de Fortaleza, levando em consideração a Base Cartográfica da Prefeitura

---

<sup>3</sup> Detalhes técnicos mais específicos (limites das unidades político-administrativas, por exemplo) sobre a Malha Municipal Digital do Brasil (MMDB), podem ser obtidos no site do instituto.

<sup>4</sup> O município de Fortaleza é dividido administrativamente por seis Secretarias Regionais -SERs e seus respectivos bairros.

Municipal de Fortaleza com a divisão de bairros e a segmentação dos logradouros, o Google Earth e fez uso do Software gvSIG 1.9.

Com base nestas estratégias, a pesquisa levantou diversas tipificações criminais primeiramente identificadas pela quantidade de ocorrências criminais e estas por tipologia e natureza na série histórica de 2007, 2008 e 2009 com objetivo de construir uma base comparativa de dados sobre os índices de criminalidade. As ocorrências de modo geral compreendem: mortes violentas, lesão corporal, crimes sexuais, furtos, roubos, uso de drogas, tráfico de drogas, crimes contra o patrimônio, tortura, crimes contra a liberdade, arma de fogo, abuso de poder, relações conflituosas, outras ocorrências criminais, ocorrências não criminais e não informado. Destas foram selecionadas cinco ocorrências criminais mais recorrentes nas estatísticas policiais: Mortes Violentas (homicídios, lesão corporal seguida de morte, infanticídio, aborto provocado e/ou induzido, suicídio, induzimento ao suicídio, morte no trânsito, outras mortes acidentais e outros crimes contra a vida); Lesão Corporal (ofensa à integridade corporal ou à saúde de outrem); Roubos (subtração do bem segurado mediante grave ameaça ou violência à pessoa); Furtos (difere do roubo por ser praticado sem emprego de violência contra a pessoa ou grave ameaça); Relações Conflituosas (calúnia, difamação, injúria, ameaça, preconceito de raça ou cor, rixa etc.). No caso dos homicídios, além da localização cartográfica, o banco de dados apresentou cruzamentos dos dados das vítimas com relação a sexo, idade, estado civil, escolarização e ocupação, a partir do qual se analisou o perfil das vítimas e instrumento mais utilizado para a prática do homicídio, a arma de fogo. Foram mapeados localidades, bairros e ruas, no que concerne aos dados sobre declínio, estabilização e crescimento das ocorrências criminais. As ocorrências foram analisadas nas seis Regionais de Fortaleza, apresentando o perfil da população, os dados sócio-econômicos e de infra-estrutura, dados sobre equipamentos de segurança, de assistência social e jurídica, de cultura e lazer, de saúde, de educação, transporte, bem como equipamentos sociais provenientes das organizações da sociedade civil e outros.

A escolha das cinco categorias referidas para análise teve como base os dados brutos das ocorrências policiais mais recorrentes nas estatísticas gerais dos três anos da série histórica. O objetivo desse recorte foi direcionar

empiricamente o mapeamento para os nichos de criminalidade e violência mais representativos na cidade de Fortaleza. Essa escolha possibilitou identificar essas ocorrências criminais em territórios e espaços sociais onde elas mais predominam. Também permitiu indicar quem são as vítimas, que vetores influenciam essas ocorrências e porque acontecem em determinadas lugares com certa regularidade, mapeando, assim, as possíveis relações entre tais espaços e equipamentos públicos oferecidos à população local.

Desta maneira, foi observada a concentração de várias ocorrências em alguns bairros já amplamente classificados pelo estigma de “bairros violentos e perigosos”. Foram constatadas variações nas ocorrências criminais para mais e para menos, de acordo com aspectos específicos de cada bairro, como: extensão territorial, número de habitantes, dados históricos de vulnerabilidade e a maior ou menor presença dos órgãos estatais e de atividades comerciais, industriais e turísticas. Nessas áreas, a importância da articulação dos órgãos de segurança pública nos seus níveis locais, estaduais e federal passou a assumir papel de destaque na elaboração e execução de políticas em interfaces com as demais políticas públicas e a sociedade civil, assim como a continuidade desses projetos para enfrentamento mais estratégico da criminalidade e da violência nesses espaços da Cidade.

Considerando essa descrição geral da Pesquisa Cartográfica, o presente trabalho concentrou-se basicamente em reflexões centradas na cidade de Fortaleza e suas tramas, tomando como eixo de discussão a inserção da população jovem no fenômeno da violência urbana e da criminalidade na Cidade. Tem como quadro de referência a análise do que se denomina de espaços urbanos estigmatizados e as políticas públicas de enfrentamento dessa problemática, ancoradas em discussões sobre “estigma territorial”, “sujeição criminal” e “estado de exceção”.

A violência e a criminalidade urbanas são fenômenos cada vez mais visibilizados pelo crescimento do número de ocorrências criminais efetivas. Embora sejam representados como evento difuso, os dados da Cartografia em Fortaleza revelaram seu caráter seletivo em relação a territórios, espaços, temporalidades e perfil das vítimas. Para este artigo, consideramos a categoria homicídios, destacando dois aspectos que orientam a compreensão do

fenômeno: primeiro, os homicídios, em sua maioria, concentram-se em bairros localizados nas regiões periféricas da Cidade, onde os investimentos públicos e infraestrutura urbana são precarizados; segundo, os jovens emergem como vítimas preferenciais dessa ocorrência, quando constituíram mais da metade do total de vítimas na Cidade, sendo em maior número homens, solteiros e de baixa escolaridade.

Esta constatação nos induz a pensar as representações sobre a relação entre os crimes violentos (homicídios), os espaços onde eles ocorrem e as vítimas, levando-nos a refletir conexões de sentido que culminam na produção de sistemas classificatórios sobre a cidade e seus habitantes.

## **2 A cidade, os jovens: crimes, violência e estigma**

Fortaleza registrou, em 2010, segundo IBGE, população de 2.447.409 habitantes, dado que revela explosão populacional da Cidade verificada nas últimas duas décadas. É uma cidade em crescimento expressivo, configurando-se no campo urbano como metrópole em franco desenvolvimento. Todavia, tanto o crescimento populacional da Cidade quanto a dinâmica do seu desenvolvimento não se deram de forma sustentada. Resultado disto é a expansão urbana desordenada e elevada concentração de renda que marcam o espaço urbano de Fortaleza.

A Cidade divide-se entre rotas de expansão e desenvolvimento, por um lado, com a migração de novos empreendimentos públicos e privados, serviços, condomínios fechados de alto padrão etc., que marcam os bairros situados mais a leste, e pela ocupação desordenada e alta concentração populacional, mais a oeste da Cidade, sem planejamento e intervenção prévios por parte dos poderes públicos. Este processo culmina com a precarização desses espaços em relação à moradia e investimentos em infraestrutura, transporte público, entre outros serviços essenciais, afetando, deste modo, amplas camadas populares da Capital, fato indistinto do quadro social das demais metrópoles brasileiras.

A concentração de renda e as desigualdades sociais decorrentes refletem, também, na distribuição dos homicídios nos espaços urbanos de Fortaleza. A Cartografia da Violência e da Criminalidade demonstra isto. A

maioria dos assassinatos concentra-se em alguns bairros da periferia da Cidade, em geral, aqueles demarcados nas regiões menos servidas de infraestrutura e serviços urbanos, em contraposição àqueles bairros considerados bem servidos, situados na região “nobre” da Cidade.

Os paradoxos que opõem e distinguem os diferentes espaços da Cidade incidem, também, em diferentes formas de expressão e de compreensão tanto da Cidade quanto das práticas criminosas que a cercam. Importante observarmos que quanto maior é a concentração de renda em um bairro, menor é a concentração de registros de homicídios. Ou seja, a distribuição dos homicídios na Cidade está na razão inversa da distribuição de sua renda.

A pesquisa cartográfica permitiu-nos elencar os bairros que lideraram as estatísticas de homicídio nos anos de 2007 a 2009. Estes dados revelaram que os bairros classificados nas vinte primeiras colocações estão localizados em regiões consideradas de periferia, como demonstra a tabela abaixo, nos revelando as características da distribuição geográfica desses homicídios.

Nº Ordem	Bairro	Homicídios							
		2007		2008		2009		Variação Percentual	
		Quant.	Class.	Quant.	Class.	Quant.	Class.	2007/2008	2008/2009
1	Bom Jardim	49	1	39	3	61	1	-20,4	56,4
2	Messejana	46	2	63	1	52	2	37,0	-17,5
3	Jangurussu	41	3	43	2	32	5	4,9	-25,6
4	Barra do Ceara	27	4	28	4	40	4	3,7	42,9
5	Mondubim	26	5	22	7	26	7	-15,4	18,2
6	Barroso	23	6	23	6	22	8	0,0	-4,3
7	Jardim das Oliveiras	18	7	12	23	19	11	-33,3	58,3
8	Passare	18	8	13	21	15	19	-27,8	15,4
9	Henrique Jorge	17	9	9	34	9	34	-47,1	0,0
10	Prefeito Jose Walter	17	10	10	30	15	21	-41,2	50,0
11	Alagadico Novo	16	11	14	17	8	36	-12,5	-42,9
12	Pici	16	12	15	16	19	12	-6,3	26,7
13	Quintino Cunha	16	13	21	8	9	35	31,3	-57,1
14	Vicente Pinzon	16	14	17	13	22	9	6,3	29,4
15	Antonio Bezerra	15	15	8	38	6	49	-46,7	-25,0
16	Edson Queiroz	15	16	14	18	16	16	-6,7	14,3
17	Genibau	15	17	25	5	15	17	66,7	-40,0
18	Lagoa Redonda	15	18	9	35	7	45	-40,0	-22,2
19	Parque Santa Rosa	15	19	10	28	15	18	-33,3	50,0
20	Centro	14	20	17	10	19	10	21,4	11,8

Fonte: Pesquisa Cartografia da Criminalidade e da Violência na cidade de Fortaleza, 2010.

Os dados aqui apresentados carecem de esclarecimento necessário: a constatação de que os bairros que concentram boa parte dos homicídios estão localizados nas regiões mais pobres da Cidade não implica na afirmação de que criminalidade e pobreza estejam relacionadas de forma mecânica a essas regiões. O que evidenciamos é a correlação entre violência e desigualdade social, na medida em que nem todos os bairros pobres apresentaram dados elevados de homicídios, e nem todos os bairros ricos ficaram isentos desse tipo de registro. Entretanto, o que nos parece relevante é o modo como expectativas coletivas são construídas quando referidas a esses espaços distintos, ao atribuírem aos bairros pobres a inexorabilidade e naturalização de relações violentas, como o homicídio, e, aos bairros considerados ricos, a sacralização de seus espaços e habitantes. Sobre os sentidos desta produção simbólica, dissertaremos a seguir.

## **2.1 Criminalidade e Violência: territórios estigmatizados e estados de exceção**

Um dado inicial para esta análise é o de entendermos o sentido que as cidades contemporâneas assumem no processo de distinção social. Com efeito, as cidades configuram atualmente o problema dos estigmas territoriais, que culmina com um processo de marginalização avançada das camadas mais pobres. Segundo Wacquant, o estigma territorial

apresenta uma tendência distinta em conglomerar-se e aglutinar-se em torno de áreas “barras-pesadas”, “proibidas”, que são claramente identificadas – não só por quem é de fora, mas por seus próprios residentes – como antros urbanos em privação, imoralidade e violência, onde apenas os párias suportariam viver. (2005, p. 195).

Em Fortaleza, os bairros classificados como “violentos” ou “barras – pesadas” são carregados desses estigmas. Os pobres urbanos são duplamente excluídos. São classificados como “os outros”, como também “incultos e perigosos”, marcando profundamente uma nova forma de sociabilidade e de conflitualidade. Situação emblemática foi analisada por Barreira et al. (1999a), sobre a juventude de Fortaleza, quando observaram um tipo de “linha



imaginária” possível de defini-la a partir de uma importante avenida em Fortaleza<sup>5</sup>, que delimita o “lado de cá” e o “lado de lá” da Cidade. Essas classificações segregam e delimitam espaços, como conhecidos ou desconhecidos, seguros ou inseguros. A “territorialização” ou delimitação do “campo” configura o fato dos jovens da Aldeota, área nobre e rica da Cidade, não passarem para o “lado de lá”, nem os jovens do “lado de cá” passarem para o “lado de lá”, pelo fato de não conhecerem as “regras”, “códigos” e “protocolos”, recebendo a classificação de “áreas perigosas” ou o que Agamben (2004) define como “estado de exceção” como poderemos ver mais adiante. As classificações de “áreas perigosas” configuram os estigmas e as barreiras sociais que são fruto dessas representações realizadas sobre os espaços sociais.

Nesse plano, é interessante analisarmos o aspecto simbólico da violência, ocorrendo um “casamento” entre a violência instrumental e a cognitiva, como afirma Machado da Silva, sobre o sentido da violência urbana:

[...] uma construção simbólica que destaca e recorta aspectos das relações sociais que os agentes consideram relevantes, em função dos quais constroem o sentido e orientam suas ações. Desta perspectiva possui um significado instrumental e cognitivo, na medida em que representa, de maneira percebida como objetivamente adequada a determinadas situações, regularidades de fato relacionadas aos interesses dos agentes nestes contextos. Mas, como toda representação, a violência urbana é mais do que uma simples descrição neutra. No mesmo movimento em que identifica relações de fato, aponta aos agentes modelos mais ou menos obrigatórios de conduta, contendo, portanto, uma dimensão prático-normativa institucionalizada que deve ser considerada. (MACHADO SILVA, 2004, p. 58).

A violência urbana é instrumental, objetiva e cognitiva, pois revela interesses e sentidos emitidos por seus agentes ao usarem a força como instrumento adequado em determinadas situações, mas é, antes de tudo, uma representação, uma expressão simbólica que constrói subjetivamente certo ordenamento de determinados espaços e pessoas, formas de conduta e classificações como fatores de organização das relações sociais. Esta análise possibilita importante visão sobre territorialização e estigmas sobre os bairros

---

<sup>5</sup> Trata-se da av. Dom Manuel, localizada na fronteira entre o Centro da Cidade e os bairros da zona leste, a exemplo dos bairros Aldeota, Meireles, Varjota, entre outros, opondo, assim, de forma simbólica, o leste e o oeste de Fortaleza.

classificados como pobres, ganhando destaque a denominação do bairro como violento, representado por seus próprios moradores.

Outro aspecto importante no interior dos espaços urbanos é a relação entre as construções dos estigmas e a questão da insegurança urbana, gerando uma “cultura do medo”, fortemente ancorada no aumento estatístico da violência e da criminalidade. A cultura do medo pode ser compreendida no interior desse “ciclo vicioso” que foi criado: violência gerando medo e medo gerando violência.

### **3 Violência Urbana: medos que se contam**

A vida urbana, hoje, é experimentada sob o signo da violência e do medo. A cidade, na contemporaneidade brasileira, deixa de ser, à primeira vista, o lugar da proteção para ser o do perigo. Esta nova qualidade assumida pela cidade é oposta ao próprio conceito de cidade, historicamente falando.

As cidades atuais, no Brasil parecem estar na contra mão desta assertiva histórica. Elas retomam os muros, só que, desta feita, não mais para se proteger do inimigo externo. Os muros são construídos internamente, criando cidades dentro de uma mesma cidade, o que Tereza Caldeira (2008) denomina de “cidade dos muros”. Os muros, neste caso, continuam com as suas funções de proteção, mas não dos inimigos de fora, mas os da própria cidade. Do espaço de segurança e proteção, a cidade tornou-se espaço da insegurança e de medo.

As representações sobre a cidade e a violência urbana têm fundamentação objetiva na medida em que se revelam estatísticas oficiais de dados de violência, entretanto, também são produtos de uma construção simbólica e do medo socialmente construídos tanto pelas experiências efetivas dos moradores, quanto pelas narrativas criadas em torno dos fatos violentos e, sobretudo, pela ação midiática. As estatísticas do crime contribuem para hierarquizar espaços violentos em relação a outros não violentos. Exemplo disto é o indicador de homicídios por 100 mil habitantes, o que põe o Brasil na quinta

posição mundial, com 25,2 homicídios por 100 mil habitantes, atrás apenas de El Salvador (48,8), Colômbia (43,8), Venezuela (29,5) e Guatemala (28,5)<sup>6</sup>.

Com relação à Fortaleza, os dados da Cartografia revelam o crescimento da violência, de acordo com a série histórica analisada: em 2007, foram registrados 844 homicídios; em 2008, 823 homicídios e, em 2009, 937 homicídios. Este cenário tem revelado uma Fortaleza marcada pelo signo crescente da insegurança. Embora a violência seja crescente e se mostre difusa, na medida em que atinge objetiva e simbolicamente todos os espaços da Cidade, na verdade, tem um caráter marcadamente seletivo. Há espaços que, mesmo tomados pelo medo, requerem para si o sentido de espaços não violentos. Prova disto é o efeito surpresa quando algum evento considerado violento ocorre nesses espaços, extraindo das narrativas sobre a Cidade o efeito surpresa, tais como “*até na Aldeota, até no Meireles, até no Iguatemi...*”<sup>7</sup>.

Por outro lado, de acordo com Vera Telles (2011), é a pequena criminalidade difusa e avulsa que tem alimentado os medos urbanos e a insegurança, “ocasionado a demanda por mais punição e principalmente conferindo razão e aceitabilidade à multiplicação generalizada dos enclaves fechados e dos dispositivos privados de segurança e policiamento”. (p.05).

Contudo, não podemos deixar de reconhecer que estamos convivendo com uma violência extremamente seletiva, cujo corolário atinge a população juvenil como suas vítimas preferenciais.

### **3.1 Jovens: inexoráveis vítimas**

Parte da narrativa sobre a cidade e seu cotidiano tende a romper com o significado de uma cidade protegida e segura para criar a sensação de uma cidade tomada pela violência cuja probabilidade de se tornar vítima dela é igual para todos. Observamos, entretanto, que parte considerável dos homicídios tem

---

<sup>6</sup> Conferir Mapa da Violência no Brasil publicado em 2008.

<sup>7</sup> Aldeota e Meireles são considerados bairros nobres em Fortaleza e o Iguatemi é o maior e mais freqüentado *shopping Center* da Cidade. Exclamações de populares quando tomam conhecimento das ocorrências nos meios de comunicação de massa.

como vítimas um segmento preferencial e profundamente marcado por questões de gênero e classe, constituído por jovens, do sexo masculino, pertencentes às camadas mais empobrecidas da sociedade, ao cruzarmos indicadores de pertencimento geográfico e escolaridade, conforme pudemos inferir na leitura dos dados colhidos pela Cartografia. Do ponto de vista da faixa etária, destacamos que 62% em média desses homicídios, em todas as Regionais de Fortaleza, têm como vítimas preferenciais jovens na faixa de 15 a 29 anos.

Em relação aos jovens, ao se tomar o parâmetro nacional é neste segmento populacional que se concentra a maior parte dos homicídios. O Mapa da Violência 2011, intitulado “os Jovens do Brasil”, utilizou estimativas populacionais do IBGE, para o ano de 2008 que indicavam um contingente de 34,6 milhões de jovens na faixa etária dos 15 aos 24 anos, representando 18,3% do total de habitantes projetados pelo IBGE para o País que era de 189,6 milhões. Em relação à mortalidade de jovens, o Mapa ainda aborda números expressivos de vitimização da juventude. O documento dividiu a população “jovem” de 15 a 24 anos da “não jovem” de 0-14 e 25 e mais anos, obtendo os seguintes resultados:

Na população *não jovem*, só 9,9% do total de óbitos são atribuíveis a causas externas. Já entre os jovens, as causas externas são responsáveis por 73,6% das mortes. Se na população *não jovem* só 1,8% dos óbitos são causados por homicídios, entre os jovens, os homicídios são responsáveis por 39,7% das mortes. (WAISELFISZ, 2011, p. 19).

Estes dados demonstram que, no Brasil, continua a seletividade das vítimas de mortes violentas, dentre elas, os homicídios em relação aos jovens.

Essa realidade foi confirmada pela Cartografia em Fortaleza, especialmente no item faixa etária. Os números indicaram elevado índice de homicídios contra jovens na Cidade, quando comparados à população adulta, corroborando com dados nacionais.

Recorte Geográfico	Homicídios por Faixa Etária (Absoluto)								
	Ano	Até 14	15-18	19-24	25-29	30-39	40-59	60 e Mais	Ignor.
Fortaleza	2007	18	115	<b>269</b>	138	166	105	17	16
	2008	13	115	<b>245</b>	149	162	99	19	22
	2009	16	140	<b>295</b>	157	169	107	13	40

Fonte: Pesquisa Cartografia da Criminalidade e da Violência na cidade de Fortaleza, 2010.

A Pesquisa concluiu que há concentração de mortes por homicídio entre os jovens na faixa etária de **19 a 24 anos** nos três anos analisados; essa faixa etária é seguida da faixa de adultos com menos de 40 anos, ou seja, de 30 a 39 anos, aparecendo depois aqueles de 25 a 29. Outro aspecto relevante é que houve tendência de crescimento de homicídios entre os jovens nas três faixas etárias aqui descritas, não tão expressiva entre 2007 e 2008, mas bem crescente em relação a 2009.

A Pesquisa também concentrou as faixas etárias na seguinte sequência: menor que 15, de 15 a 29 anos e maior que 29, no sentido de visualizar melhor como os jovens de Fortaleza, em fase produtiva, são as principais vítimas de homicídios em Fortaleza:

Ano	Total de Homicídios	Faixa de Idade					
		<15		15 a 29		>29	
		Abs	%	Abs	%	Abs	%
2007	844	18	2,13	<b>522</b>	<b>61,85</b>	304	36,02
2008	824	13	1,58	<b>509</b>	<b>61,77</b>	302	36,65
2009	937	16	1,71	<b>592</b>	<b>63,18</b>	329	35,11

Fonte: Pesquisa Cartografia da Criminalidade e da Violência na cidade de Fortaleza, 2010.

Os jovens nesta faixa etária, no ano de 2007, somaram 61,85% do total de homicídios em Fortaleza; de forma semelhante quantificaram 61,77% em 2008 e cresceram para 63,18% em 2009. Trata-se de um perfil de mortes por homicídio na cidade de Fortaleza. A Pesquisa ainda registrou vários dados que

concluiu que as vítimas são jovens homens e solteiros, além de possuírem baixa escolaridade.

Ano	Total de Homicídios	Sexo			
		Masculino		Feminino	
		Abs.	%	Abs.	%
2007	844	804	95,2	40	4,8
2008	824	783	95,0	41	5,0
2009	937	886	94,5	51	5,5

**Fonte:** Pesquisa Cartografia da Criminalidade e da Violência na Cidade de Fortaleza, 2010.

Dos 844 homicídios registrados em Fortaleza no ano de 2007, 40 são do sexo feminino e 804 são do sexo masculino o que corresponde a 95,2% de homens vítimas; já em 2008, a realidade é semelhante, pois, dos 824 homicídios, 41 são mulheres e 783 são homens, equivalente a 95% de homens; e em 2009, do total de 937 homicídios, 51 são mulheres e 886 são homens, o que corresponde a 94,5%. Contudo, pode-se observar, nos três anos, o crescimento continuado do número de mulheres vítimas de homicídios.

Recorte Geográfico	Homicídios por Escolarização (Absoluto)									
	Ano	Analf	Alfab	EF Inc.	EF Com	EM Inc.	EM Inc.	Sup. Inc.	Sup. Com	Ignor.
Fortaleza	2007	42	<b>329</b>	231	86	35	58	12	4	47
	2008	31	<b>308</b>	237	97	30	58	6	8	49
	2009	40	<b>333</b>	314	65	19	47	23	7	89

**Fonte:** Pesquisa Cartografia da Criminalidade e da Violência na cidade de Fortaleza, 2010.

Quanto ao item Escolaridade, de acordo com a tabela acima, os dados demonstram baixa escolarização das vítimas de homicídios em Fortaleza. Os dados revelam que, em 2007, 2008 e 2009, os homicídios concentraram-se no item Alfabetizados. No ano de 2007 houve 329 registros de vítimas nesta condição, ou seja, 38,9% do total de 844 registros de Fortaleza; foram 308

vítimas em 2008, correspondendo a 37,3% das 824 vítimas e, em 2009, foram contabilizados 333 vítimas, o equivalente a 35,5% dos 937 casos de Fortaleza neste ano. Por outro lado, estes índices caem para quem possuía Ensino Superior Completo: foram 4 vítimas em 2007 (0,4% do total); 8 vítimas em 2008 (0,9%), e 7 em 2009 (0,7% do total).

As características dos dados das tabelas acima apresentados, dentre outras, compõem um quadro de referência do caráter seletivo da violência fatal, ou das vítimas preferenciais na cidade de Fortaleza. Aqui, identificamos os homens jovens das camadas populares com o que Agamben denomina de *homo sacer* ou “vida matável”, aquela vida que pode ser exterminada sem que isso represente um crime. Segundo o autor, toda sociedade – mesmo a mais moderna – decide quais são seus “homens sacros” (2010, p.135) ou as vidas matáveis.

Na contramão desta violência seletiva está o desafio da elaboração de políticas públicas de segurança focadas e eficazes no enfrentamento dessa problemática. Estas dizem respeito às mudanças das práticas criminosas na Cidade decorrentes da dinâmica e dos interesses do crime organizado, sobretudo dos impactos da circulação e consumo do *crack* e, mais recentemente, do *crystal* e do *oxi*, envolvendo a juventude da Cidade, em especial os jovens pobres. Este aspecto, se não tão novo assim, tem impactado na capacidade de gestão das políticas públicas governamentais, sobretudo as de segurança urbana, centradas nas atividades de inteligência dos dispositivos policiais, nas suas práticas de mediação de conflitos e de articulação institucional com outros setores do sistema público, como educação, cultura e saúde pública.

O aparecimento e disseminação do uso e do tráfico de drogas têm causado impactos profundos na coreografia do crime em Fortaleza em função de seus efeitos devastadores sobre os usuários mais jovens. Isto implica em dizer que a criminalidade tem atingido, principalmente, à população infanto-juvenil pobre. Sem perspectivas de inserção no mercado de bens de consumo via políticas de inclusão como educação, lazer, cultura, trabalho e renda; jovens pobres tornam-se vulneráveis duplamente: são vítimas da globalização de

valores consumistas e de padrões estéticos, sem que lhes sejam dadas as mesmas condições de oportunidades de trabalho e renda oferecidas à juventude em geral. Sendo desiguais em oportunidades e iguais em desejos estéticos e libido social, tornam-se presas fáceis do *mercado do narcotráfico*, seja como consumidor, seja como “trabalhador” a serviço do tráfico e seus microarranjos, cujo corolário é o mundo do crime e da auto eliminação. Tornam-se vítimas dessa indústria, de modo triplamente afetados: a) como usuários, sucumbem biologicamente pelo uso da droga; b) como vítimas fatais da guerra urbana engendrada por este mercado; e c) como vitimizadores.

Assim posto, emerge o cenário propício para maior envolvimento da população jovem com a violência, mais no papel de vítima preferencial do que como vitimizadora. Mesmo assim, os jovens acabam por ser classificados como “classe perigosa”.

Por outro lado, ainda que percebamos o esforço dos gestores na área das políticas de segurança urbana, nos deparamos com a falta de preparo das organizações policiais em geral, associada às condições de trabalho precárias, seja em termos de qualificação técnica, seja na formação e operacionalização das forças policiais, seja, ainda, na própria organização institucional, extremamente militarizada, cujo entendimento é do combate ao inimigo. Ou, ainda, pelas práticas seletivas da polícia na identificação do suposto tipo social criminoso ou do que Michel Misse denomina de “sujeição criminal”, processo pelo qual são identificados previamente os supostos sujeitos que irão compor um tipo social cujo caráter é socialmente considerado “propenso a cometer um crime” (2008, p.14). Essas são questões que têm contribuído para que o sistema de segurança pública e suas organizações também façam parte da cena violenta urbana.

Os bairros classificados como mais violentos tem uma população que se ressentem de políticas públicas de inclusão social, capazes de inverter a situação de abandono em que vive a maioria dos moradores dessas áreas. A polícia quando aparece, muitas vezes, não é com ações preventivas ao crime, nem de mediação de conflitos. Aparece como parte da própria violência. Aqui, não se ignora a violência policial, assim como a participação de policiais nas microilegalidades na gestão da ordem nesses espaços da cidade, nas práticas



criminosas nos “negócios” da vida e da morte. Nesses bairros, pode-se descrever e fazer a etnografia das práticas policiais, seja elas legais e ilegais, de suas intervenções e procedimentos junto às populações mais vulneráveis ou junto aos segmentos ditos criminosos. Assim, como não ignoramos que estes são espaços

em que a presença do Estado afeta as vidas e as formas de vida, circunscreve-se um campo de práticas no qual os sujeitos fazem (e elaboram) a experiência da lei, da autoridade, da ordem e seu inverso, em interação com outros modos de regulação ancorados nas condições. (DAS e POOLE *apud* TELLES, 2011, p.5).

E, ainda, são espaços que denominamos de condições de possibilidades do mundo de vida dessas populações. Os moradores desses bairros violentos

também transitam entre o dentro e o fora do Estado, maquinam artifícios nas fronteiras incertas entre o legal e o ilegal, agenciam contracondutas, negociam regras, limites, protocolos em função das condições concretas de vida, em seus imperativos de sobrevivência, necessidades de segurança, sentidos de ordem e justiça (DAS e POOLE *apud* TELLES, 2011, p.5).

Pode-se dizer que tanto a presença como a ausência do Estado afetam a vida das populações na sua racionalidade de gestão da vida cotidiana de uma cidade. Principalmente quando o Estado que essas populações conhecem é o “estado de exceção”. Ou podemos dizer como Agamben (2004), que o estado de exceção torna-se cada vez mais paradigma dos modos de dominação dos governantes ou dos modos de gestão dos seus dispositivos políticos. Assim, o estado de exceção contemporâneo seria “uma tentativa de incluir na ordem jurídica a própria exceção, criando uma zona de indeferênciação em que fato e direito coincidem” (AGAMBEN, 2004, p.42).

Por outro lado, os homicídios, na cidade de Fortaleza, como no Brasil, nos colocam uma série de questões, entre elas: o que eles significam para além da problemática da criminalidade e da violência? Que outros aspectos o influenciam tornando complexa e difícil de explicação essa prática da morte? São questões abordadas a seguir.

#### **4. Homicídios: aspectos e enfrentamentos**

Diante dos dados e análise até aqui empreendidos, algumas questões e características dos homicídios chamam nossa atenção. Primeiro, o fato da prática do homicídio, mantido através do tempo e dos países, está associado à baixa probabilidade de alguém ser assassinado por um desconhecido. Dos quase 50 homicídios ocorridos anualmente no Brasil, 90% das suas vítimas mantinham algum tipo de relação com o homicida. Aproximadamente 90% dessas mortes envolvem homicidas primários e, portanto, são crimes sem história pessoal. A ONU tem classificado esta violência letal de interpessoal, resultante, portanto, de conflitos interpessoais.

Segundo, na cidade de Fortaleza, seguindo uma tendência nacional e acompanhando a classificação da ONU, os dados revelam que mais de 50% dos homicídios ocorridos são atribuídos a motivos fúteis, entre conhecidos e nas proximidades da residência da vítima, o que demonstra que a população está se matando. Indicador relevante, neste sentido, é a apuração dos dados aqui apresentados pela pesquisa da Cartografia indicando que, na série histórica considerada, mais de 80% dos homicídios de Fortaleza, têm como objeto utilizado para a sua execução a arma de fogo como demonstra a tabela abaixo.

Regional	Homicídios por arma de fogo 2007 a 2009								
	2007			2008			2009		
	Total de homicídios	Homicídios por Arma de Fogo	%	Total de homicídios	Homicídios por Arma de Fogo	%	Total de homicídios	Homicídios por Arma de Fogo	%
Fortaleza	844	684	81,05	824	676	82,04	937	808	86,24

Fonte: Pesquisa da Criminalidade e da Violência na Cidade de Fortaleza, 2010.

Terceiro, os dados acima nos revelam que, não só a população está armada, mas que o uso da arma de fogo na resolução dos conflitos é a maior das problemáticas, um dado fundamental que não pode ser desprezado porque altera completamente a sociabilidade entre as pessoas.

Quarto, o tráfico de drogas, associado ao fato de pessoas portarem armas e/ou terem acesso fácil a estas é um complicador maior no dia a dia da sociabilidade desses espaços estigmatizados ou faro deles.

Os jovens estão armados, como constatamos antes, não são apenas os vitimizadores, são principalmente, as vítimas nesse campo de luta acirrada e, possivelmente, regido pelo signo “positivo” da arma como elemento de socialização e afirmação de sua *illusio* social.

Em termos de diagnóstico e avaliação de políticas de segurança pública, estes aspectos revelam, entre outros importantes, que a ausência de ações de mediação dos conflitos ou de prevenção deles, uma das tarefas dos órgãos de segurança pública e justiça, não estão sendo eficazes. Observamos que se opera uma compreensão popular de que, embora a justiça oficial exista, ela parece indiferente ao cotidiano ordinário das pessoas pobres. Assim, do mesmo modo como “a Justiça não liga para o povo, o povo não parece ligar para a Justiça”, concorrendo para que haja esse aumento da violência cotidiana entre as pessoas, uma prática orientada pela experiência de “fazer justiça com as próprias mãos” ou armar outras mãos para fazê-la. Ou, será que podemos dizer que, esses espaços enclaves, no interior da cidade, são lugares em que se permite a eliminação dos sujeitos indesejáveis, matáveis, considerando as relações existentes entre as práticas legais e ilegais dos agentes do Estado, na garantia da ordem e da segurança nesses mesmos espaços? Ou, ainda, não seriam esses espaços da cidade, lugares em que o Estado pode “deixa morrer” e/ou “fazer morrer”, como observa uma moradora da periferia de Fortaleza ao dizer: “Ali é lugar de matar gente”? (CAVALCANTE, 2011, p.58).

A agudização desse fenômeno tem produzido um quadro de desqualificação nas relações sociais que conformam Fortaleza e fazem parte da memória histórica dos bairros que compõem os lugares periféricos desta Cidade. Tanto a polícia, como a Justiça, como os meios de comunicação de massa e parte da sociedade reproduzem estigmas que, de maneira direta ou indireta, concorrem para cristalizar o saber prático da população, associado ao senso comum frente à criminalidade e violência. Movidos por estas visões, abusos, omissões, imperícias, torturas, abusos de poder, desrespeitos, autoritarismos, julgamentos prévios, entre outras práticas violentas institucionalizadas, são legitimados conforme a ira pacificadora contra populações excluídas socialmente e previamente consideradas violentas ou culpadas. Ou seja, não se observa escândalos que possam atingir a

legitimidade de gestores políticos relacionados à segurança pública, por exemplo, quando “a gente matada” é a gentinha pobre, negra e sem instrução. A essa gente o “estado de exceção” e/ou o toque de recolher têm sido impostos em muitos bairros da periferia da capital por policiais militares.

No ano de 2009, uma reportagem de um jornal de grande circulação na Cidade foi emblemática na constituição do retrato da problemática em bairros periféricos: “jovens de bairros como Serviluz, Caça e Pesca, Praia do Futuro, Bom Jardim, Canindezinho, Granja Portugal, Parque São Vicente, Luciano Cavalcante e de áreas na Região Metropolitana de Fortaleza, tem o cerco de policiais que fazem suas próprias leis”; a mesma reportagem ouve a população que declara: “Somos uma população amedrontada por policiais corruptos, arruaceiros e terroristas. Uma das coisas é que não se pode mais desfrutar da praça, pois eles chegam expulsando todos que lá estão mandando irem pra casa”. (CAVALCANTE, 2009, p. 8)<sup>8</sup>.

Nesses espaços da cidade, quer nos parecer que os conceitos do sujeito matável ou *homo sacer*, do estado de exceção e da sujeição criminal se realizam, salvo as especificidades da realidade local, na concretude de um “território de exceção” do qual nos fala Cavalcante (2011, p.72): “trajetórias de vida surgem e, ao mesmo tempo, se apagam sob o silêncio de toda uma comunidade”. São, assim, as vidas breves dos jovens que engrossam as estatísticas dos homicídios na cidade de Fortaleza.

## 5. Algumas reflexões e desafios

Nesse cenário de violências e crimes, vítimas e vitimizadores, os desafios por políticas públicas de enfrentamento dessa problemática continuam postos. Pesquisadores e gestores públicos consideram que a articulação dos

---

<sup>8</sup> Trata-se de matéria seqüencial no Jornal O Povo, ou seja, série de reportagens que abordou a problemática da violência policial, ouvindo reclamações da população de bairros da periferia, especialistas e acadêmicos, além de gestores da segurança pública, que construíram discursos das mais variadas expressões, sejam aqueles mais políticos, sejam aqueles mais apelativos e midiáticos. Para conferir ver Jornal O Povo no período de 23 de março de 2009 em: [www.opovo.com.br](http://www.opovo.com.br).

órgãos de segurança pública nos seus níveis local, estadual e federal, é fundamental para elaboração e execução de políticas em interfaces com as demais políticas públicas (especialmente educação e saúde) e a sociedade civil local no enfrentamento mais estratégico da criminalidade e da violência.

Neste sentido, não podemos desconhecer a importância de políticas de intervenção e que estas são de fato necessárias para desafiar e alterar os dados da criminalidade e da violência urbana que atinge a vida de parcela significativa da população jovem da cidade de Fortaleza. Contudo, não podem ignorar a estratégia de serem “políticas de intervenção que tenham sempre por referência o chão que elas pisam, os *contextos de vida* (objectivos, subjectivos e trajectivos) daqueles a quem elas se dirigem” (PAIS, 2010, p. 141). No que se refere à participação da juventude nestas políticas a questão fundamental ainda indica uma intervenção quase sempre voltada para uma “educação para o trabalho” colado ao conceito de cidadania normativa e, portanto, definida como “categoria estável de direitos e obrigações”. Ainda, para este autor: “raramente essa problematização questiona o sentido do sistema de educação que temos, a desigual estrutura de oportunidades de sistema de emprego...” (PAIS, 2010, pp.141-2).

No caso desse estudo, expomos, pelo menos, dois aspectos a ser considerados pelas políticas públicas: primeiro, o enfrentamento da drogadição e o desarmamento, tendo em vista que Fortaleza e seus serviços de saúde, de assistência social e de segurança pública, ainda não contam com diagnósticos precisos sobre a problemática das drogas e, ainda mais, quando associada à utilização de armas de fogo, que lhes possibilitem elaborar políticas públicas de enfrentamento dessa realidade; segundo, criação e qualificação de ações voltadas para a educação formal ampla de jovens que estão dentro e fora da Escola, não desconsiderando a especificidade de atividades relacionadas à inserção desses jovens no mercado de trabalho sem, contudo, desvinculá-la de ações voltadas para a aprendizagem crítica de conteúdos gerais, para o acesso aos dispositivos de arte, cultura, esporte e lazer, fundamentais para a inclusão social.

Estes aspectos consideram, enfim, que, sem o enfrentamento dos dispositivos qualificadores da violência, como drogas e armas e sem ampliar

condições reais para o alargamento dos horizontes sociais na vida dos jovens, as políticas de juventude tendem a manter-se na superficialidade. Mais uma vez Pais (2010, p. 142) nos apresenta que, “[d]esenhar políticas de juventude é desenhar *mapas de futuro*” (PAIS, 2010, p. 142).

Por fim, que reflexões e ações se apresentam frente ao dimensionamento que assumem as questões vivenciadas pela população dos territórios estigmatizados na cidade de Fortaleza? A discussão pode se aprofundar na relação com a força das organizações da sociedade civil, no poder de articulação e pressão dos seus dispositivos de interlocução com os gestores públicos para horizontalização das políticas públicas nessas áreas, com ênfase na ampliação e integração de políticas e ações setoriais de intervenção de curto, médio e longo prazo. Considerando, ainda, o fato de que a problemática da criminalidade e da violência não se soluciona apenas com ações e intervenções policiais, são questões que dizem respeito à resolução negociada dos conflitos e tensões da convivência urbana, sem desconhecer as práticas legais e ilegais que dizem respeito a racionalidade da vida em sociedade e de funcionamento dos dispositivos estatais. Portanto, são questões que estão relacionadas às condições de possibilidades da segurança urbana nas sociedades democráticas, nos seus espaços públicos e na convivência com os diferentes e iguais. Essas são questões que desafiam os governos democráticos e suas políticas.

## 6. Referências Bibliográficas

D'ALGE, Júlio César Lima. Cartografia para Geoprocessamento [online]. Disponível em: <http://www.dpi.inpe.br/gilberto/livro/introd/cap6-cartografia.pdf>. Acessado em: 23 de janeiro de 2010.

AGAMBEN, Georgio. Homo sacer: o poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

\_\_\_\_\_. Estado de Exceção. São Paulo: Boitempo, 2004.

\_\_\_\_\_. O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha. São Paulo: Boitempo, 2008.

BARREIRA, C. et al. Ligado na Galera: Juventude, Violência e Cidadania na Cidade de Fortaleza. Brasília: UNESCO, 1999a.

BARREIRA, C. et al. *À Espera de Justiça*: assassinatos de crianças e adolescentes na Grande Fortaleza. Fortaleza: Expressão, 1999b.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CALDEIRA, Tereza. Cidades de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2008.

CAVALCANTE, Ana Mary. A lei das esquinas e becos (Especial desvio de conduta). *Jornal O POVO* (Fortaleza), 23 de Março de 2009, p.08.

CAVALCANTE, Ricardo Moura Braga. Vidas breves: investigação acerca dos assassinatos de adolescentes em Fortaleza. Fortaleza, 115p. (Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade). Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Sociedade/Universidade Estadual do Ceará-UECE 2011.

Fonseca, Odemiro. Quem mata, conhece. *O Globo*, 23/01/10, p. s/p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Noções básicas de cartografia. [online] Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/servidor\\_arquivos\\_geo/](http://www.ibge.gov.br/servidor_arquivos_geo/) Acessado em: 21 de janeiro de 2010.

\_\_\_\_\_. Malha Digital: referencias metodológicas. Disponível em: [http://geoftp.ibge.gov.br/mapas/malhas\\_digitais/municipio\\_2005/E500/Documentacao\\_Tecnica/](http://geoftp.ibge.gov.br/mapas/malhas_digitais/municipio_2005/E500/Documentacao_Tecnica/). Acessado em: 20 de novembro de 2009.

MACHADO DA SILVA, Luis Antônio. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. *Sociedade e Estado*. Brasília, v. 19, n.1, p.53-84, jan./jun. 2004.

MISSE, Michel. Sobre a construção social do crime no Brasil: esboços de uma interpretação. In: MISSE, Michel. Acusados e acusadores: estudos sobre ofensas, acusações e incriminações. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

\_\_\_\_\_. Os rearranjos do poder no Rio de Janeiro. *Le Monde Diplomatique Brasil* (Violência urbana). Ano 4, nº 48, Julho de 2011, p.6-7.

MOTA BRASIL, Glaucéria. As práticas violentas da polícia e as práticas do “fazer justiça com as próprias mãos”: desafios das políticas públicas de segurança na cidade de Fortaleza. In: Anais do XV CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA (Gt 12 Mercados Ilícitos e Processos de Criminalização: desafios metodológicos). Disponível em [http://www.sistemasmart.com.br/sbs2011/arquivos/21\\_6\\_2011\\_12\\_55\\_10.pdf](http://www.sistemasmart.com.br/sbs2011/arquivos/21_6_2011_12_55_10.pdf). Acessado em 20 de agosto de 2011.

PAIS, José Machado. *Lufa-lufa cotidiana: ensaios sobre cidade, cultura e vida urbana*. Lisboa: ICS, 2010.

RELATÓRIO DE PESQUISA. Cartografia da Criminalidade e da Violência na Cidade de Fortaleza. Fortaleza: [www.uece.br/labvida/](http://www.uece.br/labvida/) 2010.

TELLES, Vera da Silva. *A cidade nas fronteiras do legal e ilegal*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

\_\_\_\_\_. A convivência entre o crime e o poder. *Le Monde Diplomatique Brasil* (Violência urbana). Ano 4, nº 48, Julho de 2011, p.4-5.

WACQUANT, Loïc J. D. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2005.

WIEVIORKA, Michel. O Novo Paradigma da Violência, In: *Revista Tempo Social*, São Paulo: USP, 9(1): 05-38, 1997.

WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência no Brasil: os jovens do Brasil*. São Paulo: Instituto Sangari, Ministério da Justiça, 2011.